

RURALIDADE E SOCIEDADE EM REDE

*Tarcisio Samborski*⁶⁴

RESUMO

O artigo analisa as relações entre o meio rural e urbano a partir das elaborações da sociologia rural sobre ruralidade e o trabalho de Manuel Castells sobre a sociedade em rede. Historicamente o rural teve uma posição subordinada ao meio urbano. Busca-se analisar como essas elaborações teóricas contemporâneas podem ajudar na compreensão e possível superação da desigualdade e equalização entre as populações rurais e urbanas, especialmente no campo da educação. Na educação, diferenças de escolaridade entre a população rural e urbana são alarmantes, assim como são grandes as necessidades educacionais para que as pessoas possam viver no campo, produzir, garantir a preservação ambiental e exercer todas as funções que a sociedade urbana estabelece para o rural.

Palavras-chave: Educação rural. Tecnologia. Identidade.

RURALITY AND SOCIETY NETWORKING

ABSTRACT

The paper analyzes the relationship between rural and urban areas from the elaborations of rural sociology of rurality and the work of Manuel Castells on the network society. Historically the rural had a conditional position to the urban environment. It seeks to analyze how these contemporary theoretical elaborations can help in understanding and possible overcoming inequality and equalization being the rural and urban populations, especially in the field of education. In education, differences in schooling between rural and urban population are alarming, as are large educational needs so that people can live in the countryside produce, ensure environmental preservation and to exercise all functions that urban society establishes for rural.

Keywords: Rural education. Technology. Identify.

⁶⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR/UFSM). Docente do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto-RS. E-mail: tarcisio.samborski@iffarroupilha.edu.br

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a constituição espacial da sociedade humana na modernidade fez surgir as categorias de um mundo urbano e outro rural. A agricultura desempenhou e desempenha um papel importante na sociedade moderna numa relação de constituinte e constituída. Da oposição inicial em que se concebia a relação urbano/rural para o sentido que a mesma passa a ter hoje, houve significativos avanços. A sociedade informacional, marcada pelo surgimento do espaço de fluxos, quais consequências pode trazer para essa relação? E qual a contribuição que a obra de Manuel Castells pode trazer para um melhor entendimento da ruralidade na sociedade em rede? Podemos acreditar que a educação pode garantir as condições e as habilidades necessárias para que a população que vive no campo tenha condições de usufruir das benesses da sociedade informacional?

RURALIDADE E SOCIEDADE

Corazza e Martinelli Jr. (2005) reiteram que a agricultura na Antiguidade tinha como regra geral a produção de bens, pois a busca de riqueza estava subordinada à finalidade de atender as necessidades humanas e não constituía um fim em si mesma. Na Idade Média, a agricultura é a atividade principal que dá sustento ao feudo, mantido com o trabalho servil. O excedente produtivo, obtido nos sistemas agrícolas mais intensivos no período feudal, permitia sustentar um número maior de pessoas nas cidades. O aumento da população nas cidades, a ampliação da participação do capital comercial na economia e o desenvolvimento das manufaturas e corporações urbanas iam alterando a forma tradicional de ocupação de espaço e de organização das sociedades. Porém, a despeito de todas as mudanças, a agricultura ainda mantinha seu status de atividade principal.

Os fisiocratas franceses dividiam a sociedade da época em três classes: a classe produtora, composta pelos trabalhadores do campo; a classe proprietária, na qual se enquadravam a Coroa, a aristocracia rural, a nova burguesia proprietária de terras e o clero; e a classe estéril, que era composta por trabalhadores urbanos, comerciantes e artesãos. Essas três classes tinham suas funções: a primeira garantia os “produtos de nossas terras”; a segunda vivia da renda fundiária, dos impostos e do dízimo, enquanto a terceira vivia da mão-de-obra e do lucro do comércio, pois para os fisiocratas o produto líquido era o motor da economia. E esse produto originava-se na atividade agrícola, sendo que o fator principal que o explicava era a fertilidade da terra.



Wood (2000), versando sobre as origens do capitalismo, numa tese polêmica, nega que o capitalismo tenha surgido nas cidades pela facilidade de comércio e troca e suas classes típicas (burguesia), que numa expansão espontânea do comércio, auxiliadas pela ética protestante, acabariam desenvolvendo o capitalismo. Esse desenvolvimento apresentar-se-ia como uma ligação natural entre cidade, capitalismo e comércio urbano. O capitalismo é a decorrência automática de práticas tão antigas como a troca e o escambo e consequência da natureza humana, de uma inclinação natural para o comércio. O homem nasceu para isso, numa concepção inatista e sem validade histórica, como se todos estivessem destinados a serem mercadores desde a concepção. Negando tudo isso, a autora afirma que o capitalismo nasceu no campo e não na cidade, em local e tempo determinado na história humana e não foi uma simples extensão do comércio, mas transformou completamente as práticas e relações humanas mais fundamentais. Lembrando que sempre houve quem se apropriasse dos trabalhos dos outros e que o mercado era um mecanismo de intercâmbio e distribuição, mas que no capitalismo esses aspectos assumem um papel determinante de regulador da reprodução social através de imperativos da competição, acumulação e maximização dos lucros, pergunta-se:

Dado que os produtores foram explorados pelos apropriadores através de meios não capitalistas durante milênios antes que o capitalismo surgisse, e dado que os mercados também existiram desde os tempos imemoriais praticamente em todos os lugares, como explicar o fato de que as relações produtores/apropriadores passaram a ser dependentes do mercado? (WOOD, 2000, p.15).

Para responder as dúvidas que levanta, a autora aposta numa combinação de fatores muito peculiares que existiram na Inglaterra no início da Idade Moderna. Concentração do Estado num poder centralizado, concentração da propriedade da terra, fraqueza de poderes extra-econômicos dos senhores de terras para extrair renda de seus arrendatários seriam alguns dos fatores que permitiram uma alteração nas relações produtores/exploradores da renda da terra, substituindo relações que se davam coercitivamente no meio feudal.

Essa alteração caminhou num processo crescente de sujeição econômica, com a renda fixada pelas condições de mercado e não por algum padrão legal ou consuetudinário. Assim, os agricultores ficaram dependentes do mercado não apenas para venda de seus produtos, mas também o acesso aos meios de produção passou a ser mediado pelo mercado. Nessa nova relação, instalou-se um ambiente de competição que obrigava os arrendatários, médios e pequenos produtores a aumentar a produtividade de suas terras, sob pena de serem excluídos

do sistema. Esse aumento de produtividade visando ao lucro era denominado de melhoramento. Por este entendia-se não apenas inovações tecnológicas e desenvolvimento de técnicas agrícolas, mas também novas formas e concepções de propriedade. Formas que eliminavam antigos costumes e práticas da concepção tradicional de propriedade. Apesar dos inúmeros conflitos, esses antigos direitos vão perdendo espaço para a propriedade melhorada e seus “enclosures”. A propriedade não era apenas privada, agora era privada e excludente, eliminando todas as restrições para a maximização dos lucros dos arrendatários capitalistas e dos senhores donos das terras. O melhoramento, e não mais o costume, estabelecia o direito sobre a propriedade.

Wood (2000, p. 16) entende que nesse período a riqueza da Inglaterra dependia da produção agrícola. E esta passava por transformações que a tornavam cada vez mais dependente de práticas que podiam ser consideradas capitalistas, como a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e aumento da produtividade através da especialização, acumulação e inovação. E foi esse capitalismo agrário nascente - baseado numa tríade formada por proprietários das terras vivendo da renda destas, arrendatários capitalistas vivendo do lucro e trabalhadores vivendo de salários, que possibilitou uma elevada produtividade agrícola e criou as condições que impulsionaram uma nova dinâmica na economia inglesa. Dinâmica que se caracterizava por uma acentuada dependência do mercado, uma proletarianização em massa e o desenvolvimento do capitalismo comercial industrial.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, a agricultura passa a ser vista de maneiras diversas pela economia. Corazza e Martinelli Jr. (2005) mostram que, na economia clássica, com o deslocamento da origem do excedente da terra para o trabalho, a agricultura perde a supremacia real, mas detém ainda a supremacia teórica e analítica. Assim, as condições de produção agrícola no encarecimento dos salários e na queda dos lucros agrícolas e industriais são centrais, de acordo com o economista Ricardo. Já, para Marx, a agricultura transforma-se em um simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital, numa subordinação do setor agrícola ao setor industrial. Posteriormente, com a teoria econômica neoclássica, a agricultura deixa de ter supremacia, pois a análise econômica passa a centrar-se nos fatores de produção: terra, capital e trabalho. Nessa teoria, o desenvolvimento econômico se dá pela industrialização e o setor agrícola (mais ineficiente e subordinado funcionalmente ao industrial) estaria destinado a cumprir algumas funções como: *i*) o



fornecimento de alimentos em velocidade compatível à urbanização para não pressionar o salário de subsistência nas cidades; *ii*) a oferta em escala adequada de matérias-primas e insumos necessários para o parque industrial em expansão; *iii*) liberação de mão-de-obra para atividades não rurais; *iv*) a geração de divisas em volumes suficientes para bancar a importação de insumos e máquinas necessárias para a acumulação dinâmica do capital industrial.

Para o cumprimento das funções macroeconômicas que são reservadas ao setor agrícola na sociedade industrial, um complexo sistema de expansão do capitalismo para o campo é desenvolvido. Romeiro (1998) define esse processo como modelo euro-americano de modernização da agricultura, que sintetizava como:

[...] um sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura. Trata-se de um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura e no emprego sistemático de controle químico de pragas. (ROMEIRO, 1998, p. 69).

Resumidamente, essa foi a relação que a urbe e o campo estabeleceram na história da humanidade. Responsável pela acumulação primitiva e pelo excedente produtivo que permitiu à algumas pessoas o luxo de se dedicar em outras atividades que não fosse a produção de alimentos para si e sua família, a agricultura se torna parte integrante da sociedade industrial numa condição subalterna as ações desenvolvidas nas cidades.

A sociologia rural, em sua primeira tentativa de explicar o rural partia de uma dicotomia rural/ urbano, sendo o primeiro concebido como um espaço destinado à agricultura e numa condição de atraso em relação ao seu par urbano, locus da indústria e da modernidade. Essa relação, marcada pela oposição entre os dois pólos, posteriormente vai dar lugar à idéia de um continuum entre o meio rural e o meio urbano que permitia a construção de vários tipos dentro do intervalo estabelecido e não mais os tradicionais atrasado/moderno. Rural e urbano não são mundos que se opõem, mas sim que se complementam.

Recentemente, analisando a pertinência da categoria rural para análise social, Mota e Schmitz (2002) apontam duas posições bem marcantes para o caso brasileiro. A primeira, aposta na urbanização do meio rural, fruto da industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano, como a transformação do rural num continuum do urbano. Já a segunda posição reconhece a expansão da racionalidade urbana sobre o campo, mas julga precipitado concluir que seria o fim do rural. Apostando em estudos mais

específicos das relações sociais que se dão nos processos de integração do rural ao urbano, demonstram que em vez de diluir diferenças, pode ocorrer o reforço de identidades apoiadas no pertencimento de uma localidade. Surge assim uma ruralidade na construção dessas identidades que vai se expressar no local e também nos espaços urbanos.

Abramoway (2000), ao tentar estabelecer as funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo aponta três formas de delimitação do rural: i) a delimitação administrativa (Brasil, Equador); ii) o peso econômico na ocupação da mão-de-obra da agricultura (Israel) e iii) o estabelecimento de um patamar populacional (Espanha, Portugal, Itália). Complementando a análise dos critérios de delimitação, estuda o conceito de ruralidade em diversos países donde conclui que o mesmo é de natureza espacial e não-setorial e apresenta uma convergência para três aspectos básicos: a relação com a natureza, áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O primeiro e o último aspecto talvez sejam os que marcam e marcarão mais fortemente o conceito de ruralidade na atual fase da sociedade. O primeiro pela idealização urbana sobre a natureza do espaço rural e o surgimento de identidades agroecológicas e o outro pelas mudanças que a sociedade urbana está vivendo. Nessa atual fase em que a sociedade industrial vai se transformando na sociedade de informação, com a noção de espaço de lugares perdendo sua predominância para a noção de espaço de fluxos, as práticas sociais estabelecidas em áreas rurais vão enfrentar novos desafios.

Obviamente que a noção de espaço de fluxos não é a única forma de organização de espaço de nossa sociedade, mas expressa as práticas sociais dominantes que se dão, por sua vez, nas estruturas sociais dominantes da sociedade informacional. Para melhor descrevê-lo, Castells (2001a) elenca três camadas de suportes materiais que dão constituição ao espaço de fluxos: i) a primeira camada é constituída por um circuito de impulsos eletrônicos, na verdade, o suporte material de práticas simultâneas; ii) outra camada do espaço de fluxos é formada por seus nós e centros de comunicação; iii) a última camada do espaço de fluxos refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem as funções direcionais em torno das quais esses espaços são articulados. Essa organização espacial, baseada na articulação das elites em torno de comunidades simbolicamente segregadas e na desarticulação das massas é a forma fundamental de dominação da sociedade informacional.

Mesmo não abordando explicitamente a questão rural nos textos estudados, podemos inferir a partir da posição de Castells (2001a, 2001b), sobre a relação entre espaço de fluxos,



espaço de lugares e a construção de identidades alguns elementos pertinentes para a compreensão da ruralidade na sociedade informacional.

A primeira é que apesar de existir um considerável território articulado aos espaços de fluxos através de identidades legitimadoras, como a elite do agronegócio com sua agricultura de precisão, seus animais identificados com chips eletrônicos leiloados pela TV ou aqueles espaços de lazer e vivência das elites, a maior parte do rural vive uma situação desfavorável na sociedade em rede. Nesse grupo teríamos os médios e mesmo grandes proprietários descapitalizados, os agricultores familiares, e a enorme população de pobres do campo que não possuem terra e cada vez encontram menos trabalho nesses espaços. A esses setores, talvez nem a opção da migração para a cidade seja possível.

Outra questão colocada como alternativa de desenvolvimento do meio rural, uma migração do meio urbano para o rural também não se confirma pelo estudo de Castells, pois em sua obra não sinaliza nenhuma alteração no sentido de deslocamento dos grandes centros urbanos. Ao contrário, identifica um fortalecimento da concentração urbana, com o surgimento de megalópoles, frustrando as expectativas daqueles que defendem uma desconcentração territorial, o que daria um novo sentido ao espaço rural, como forma de solução para os problemas dos assentamentos humanos.

No segundo volume de sua trilogia, *O Poder da Identidade*, Castells (2001b) assume que a dimensão local tem uma função estratégica frente à crise do Estado Nação e da democracia, principalmente setores que estão numa condição de identidade de resistência, que são as identidades:

“criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade e criam comunidades que reforçam o poder local”. (CASTELLS, 2001b).

Esse poder, reforçado através da reivindicação de sua memória histórica, acaba usando muitas vezes a tecnologia de informação da sociedade em rede para horizontalizar a comunicação entre as pessoas, negando a cultura do efêmero e da virtualidade real e o seu ordenador: o tempo intemporal. A crítica ao tempo intemporal que é feita a partir da defesa do tempo comunal ou do tempo cronológico, pode introduzir a noção de tempo glacial, aquele que leva em consideração a relação da vida humana com a biosfera. Quando o aspecto ecológico é um dos valores dessa identidade essa noção de tempo acaba superando a defesa

do passado que o tempo comunal apresenta e cria uma perspectiva diferente de futuro que a simples restauração de uma ordem perdida.

Aparentemente, a estratégia mais eficiente para essas identidades de resistências é “quando seus atores sociais, utilizando qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2001 p.24). Nesse momento, passariam para a condição de uma identidade de projeto. Mas nem todas as identidades de resistência passam a condição de identidade de projeto. Muitas são absorvidas e ressignificadas pela lógica do sistema ou podem permanecer numa condição isolada de resistentes. Esse conceito de identidade de resistência pode ser muito útil quando nos dispomos a analisar a situação da educação rural na atualidade.

A EDUCAÇÃO RURAL PREPARA PARA ESSA NOVA SOCIABILIDADE EM REDE?

No Brasil a definição de estudante do meio rural é difícil, pois há dois locais relevantes: onde o aluno mora e aonde vai à escola. Operacionalmente o IBGE considera que o aluno rural é aquele matriculado numa escola que se autodefine como rural no Censo Educacional e também aquele matriculado em uma escola urbana, mas transportado do meio rural. (BOF, 2006).

Essa dificuldade é inerente a própria definição de ruralidade, cujos critérios variam como visto acima. Independente dessa dificuldade, o fato é que existem alunos rurais e as estatísticas mostram que as diferenças entre eles e os urbanos são pronunciadas.

Analisando a transição escolar da coorte de 20 a 25 anos em 2001, Bof (2006), a partir dos dados da Pesquisa nacional de amostras por domicílio - Pnad 2001, observou que enquanto 88% dos alunos urbanos completavam o primeiro ciclo do primário, 58% dos rurais chegavam até essa fase. O segundo grau é completado por 40% dos urbanos contra apenas 10% dos rurais. Já 13% dos urbanos ingressaram em algum curso superior e somente 2% dos rurais atingiam esse nível de ensino. Também a diferença de renda e escolaridade entre rural e urbano é elevada. Enquanto no meio urbano a renda per capita é de R\$ 217 reais, fica em R\$ 78 reais no meio rural e a escolaridade média dos chefes de famílias varia de 4,3 anos nos urbanos para 2,1 anos no meio rural.

Os alunos do meio rural vivem numa situação desfavorável perante seus pares urbanos. Incluindo nos seus estudos a situação das escolas rurais no ano de 2002 os autores citados apontam que naquele ano 20% dos estabelecimentos não possuíam eletricidade e biblioteca e 44% dos alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental estudavam em classes multisseriadas. Os insumos pedagógicos básicos eram ausentes das escolas rurais. Em escolas com turmas multisseriadas somente 1% tinha acesso a computadores, 2% dispunham de bibliotecas e a eletricidade beneficia apenas 53 % dos alunos. As escolas sem turmas multisseriadas estavam um pouco melhor, 17 % têm bibliotecas, mas computadores e internet continuam desconhecidos dos alunos. Para completar, a qualificação profissional dos docentes que trabalham em escolas rurais no ensino fundamental de 1ª a 4ª série, tem 8,3% com o ensino fundamental e 82,9% com o ensino médio e apenas 8,8 % com curso superior completo (BOF, 2006).

Toda essa deficiência na estrutura de ensino reflete no desempenho escolar dos alunos rurais. Os dados do Censo Escolar 2002 revelam que entre os alunos matriculados da 1ª a 4ª série que frequentavam escolas rurais, a metade tinha defasagem de dois anos ou mais, contra apenas 21 % dos alunos urbanos e uma taxa de aprovação de 68 % contra 78 % na escola urbana (BOF, 2006).

Por enquanto estamos falando de ensino fundamental, nível de ensino em vias de universalização e que receba a maior atenção e recursos pelos poderes públicos. Se essa é a situação desse alunado, imagine-se a daquelas pessoas que abandonaram a escola ou sequer tiveram acesso e que compõe o público destinado a Educação de Jovens e Adultos? Grande parte da população analfabeta ou com baixa escolarização vive no meio rural brasileiro e ainda não tem contemplado seu direito a função reparadora e equalizadora que essa modalidade de educação prevê (BRASIL, 2000).

Afora esse cenário, é preciso enunciar algumas questões que complementam a situação da educação rural no Brasil

- a) O agricultor familiar ou camponês necessita de uma educação científica e tecnológica igual ou possivelmente superior a muitos trabalhadores urbanos. As necessidades de conhecimento sistematizado para ser um agricultor são mais complexas que as de um operário numa linha de produção ou que exerce qualquer trabalho especializado, porque compreende todo o ciclo de produção, gestão, comercialização, legalização e ainda as vicissitudes da natureza. Entretanto,

- possui as piores escolas, os professores menos qualificados e a mais baixa escolaridade;
- b) A diversidade de público e de projetos de vida não permite que se tenha uma política padronizada para o campo brasileiro que possa ser criada num programa nacional, ainda mais que a grande maioria das matrículas são de responsabilidade municipal, reduzindo-se as chances de um movimento ou grande sujeito nacional que realize essa tarefa;
 - c) A sociedade urbana coloca para o meio rural uma série de funções para a agricultura que superam suas atribuições clássicas. Elas se transformam em oportunidades de desenvolvimento local para a população rural, mas exigem novas habilidades e conhecimentos;
 - d) A carência econômica e a baixa escolaridade impedem o acesso ou a utilização plena das novas tecnologias da sociedade informacional;
 - e) O modelo de desenvolvimento dominante no campo não é baseado no desenvolvimento local, na qualidade de vida da população e na manutenção da capacidade dos ecossistemas e sim na maximização do lucro e da renda da terra.

Diante desses elementos a simples proliferação ou garantia de acesso a novas tecnologias, ou melhor, um transbordamento do meio urbano para o rural não resolveria os problemas que esse espaço apresenta. Essa foi a máxima que a modernização euro-americana apregoou para o mundo. Fornecer os conhecimentos necessários (não mais dos que os necessários) para que os agricultores se tornassem racionais, isto é, operassem a partir da razão técnica instrumental, abandonando visões mágicas ou pseudocientíficas da realidade. Com essas ferramentas, mais algumas que o Estado ou o Mercado ofereciam, as imperfeições do sistema seriam corrigidas. Tudo era uma questão de tempo. O caminho do sucesso era esse. Bastava ter paciência que sua vez chegaria. Assim, não podemos esperar que a expansão e melhoria da rede de ensino e o acesso a novas tecnologias possam surtir grandes efeitos na redução da pobreza e na inclusão de grande parte da população rural.

Usufruir da primeira camada de suporte material ao espaço de fluxos, ou seja, o circuito de impulsos eletrônicos que são o suporte material das práticas simultâneas é de pouca valia para essa população. Agora se as tecnologias venham a servir de reforço nas identidades de resistência existentes no campo, permitindo seu uso para a construção de seu projeto de sociedade ou ao menos da sua identidade de projeto, podemos ter um caminho para

a redução da pobreza e elevação dos níveis de escolaridade no meio rural. Reside aí a grande contribuição que Castells (2001) nos dá para a análise do rural: a sua concepção sobre a formação da identidade na sociedade em rede. Pois como ele mesmo elabora:

é esse o significado real da nova primazia da política de identidade na sociedade em rede. A análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria de transformação social na era da informação (CASTELLS 2001b p. 28, grifos nossos).

Aparentemente, são esses os caminhos e o papel que Castells aponta para os lugares - compreenda-se e inclua-se aqui o rural – para superar aquilo que denomina de uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais (lugar e fluxos). Esquizofrenia que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade, que caminha para viver em universos paralelos, necessitando a construção de pontes para o estabelecimento de um entendimento entre o lugar e os fluxos.

A intensificação tecnológica que vem sendo feita pelo capital através de máquinas mais potentes e “inteligentes”, com um conjunto de componentes que as tornam capazes de realizar tarefas que antes eram próprias dos humanos, como podemos observar na agricultura de precisão, reforça esse ensinamento do autor. Não há espaço para os trabalhadores no campo, excluídos historicamente do acesso ao saber e a tecnologia nesse tipo de arranjo sócio histórico para a agricultura. Tampouco pode ser viável a intervenção estatal, subsidiando aquisições desse tipo porque são equipamentos que exigem grandes áreas para obter viabilidade econômica. Frente a esse modelo excludente, parece restar o caminho de resistência e construção de identidades nas comunidades em que vivem àqueles que se encontram excluídos e sofrem as consequências dessa nova sociabilidade em rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população rural brasileira possui a pior estrutura de ensino do país, renda *per capita* inferior ao meio urbano e um conjunto de necessidades para sua integração em termos mais justos e dignos na sociedade que a coloca como um dos maiores desafios para a pesquisa em educação. As dificuldades para superar os problemas são agravadas pela incompatibilidade do modelo de desenvolvimento agrário dominante com os desejos e necessidades da grande maioria da população rural.

As novas tecnologias seriam um grande instrumento na luta das identidades de resistências existentes no rural brasileiro. São agricultores e agricultoras familiares, mulheres camponesas, camponeses, sem terras, quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, seringueiros que teimam em se expressar e disputar seu espaço na sociedade brasileira. Todo material cultural que auxilie na penetração e ocupação dos espaços de fluxos da sociedade informacional, reduzindo a distância e invisibilidade dos lugares que ocupam na sociedade é uma ferramenta que não pode ser menosprezada. Assim, fornecer as condições necessárias para que essas tecnologias possam ser utilizadas para esse fim passa a ser uma tarefa dos educadores e educadoras comprometidos com a redução das desigualdades e a transformação social.

Recebido em: Setembro de 2015

Aceito em: Dezembro de 2015

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em: 06/04/2009.

BOF, A. M. (org.) **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, 236p.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury. Parecer CEB nº11/2000.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol. I). São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede** (O poder da identidade; vol. II). São Paulo: Paz e Terra, 2001b.

CORAZZA, G.; MARTINELLI, O J. **Agricultura e Questão Agrária no pensamento econômico**. PGDR-UFGRS. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/agriculturaequesagrahpe.pdf>>. Acesso em: 09/03/2015.

MOTA, D. M. da e SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise do social. In: **Revista Ciênc. Agrotec.**, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392-399, mar/ abr 2002.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmicas de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 1998.

WOOD, H. M. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 10, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario10.html>> Acesso em 9/03/2009.

